

INTERFACES ENTRE O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR E A AGROECOLOGIA

INTERFACES BETWEEN PEASANT AND POPULAR FEMINISM AND AGROECOLOGY

Liria Ângela Andrioli ^{1*}, Gracieli Cristiani Schroeder Castilho²

¹ Doutora, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Laranjeiras do Sul/PR, Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil, liria.andrioli@uffs.edu.br

² Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Laranjeiras do Sul/PR, Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil, gracielicristiani@hotmail.com

* Autor de correspondência

Resumo

Este texto tem como objetivo refletir sobre o Feminismo Camponês e Popular em interface com a Agroecologia, a partir das ações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica e se baseia em uma análise qualitativa das ações do movimento no período de 2015 a 2022, expressas em cartilhas, livros e no site do MMC. O estudo apresenta um recorte de uma Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no campus de Laranjeiras do Sul/PR. O foco reside em compreender de que forma a Agroecologia está presente no Feminismo Camponês e Popular do referido movimento. Como resultados, observa-se que a interface entre o Feminismo Camponês e Popular e a Agroecologia representa uma abordagem transformadora para a promoção de justiça social e ambiental no campo. Conclui-se que as ações do MMC neste período fortaleceram a Agroecologia como uma prática social e cultural, destacando o Feminismo Camponês e Popular como essencial para a sustentabilidade ambiental e social. O movimento tem dado visibilidade ao trabalho das mulheres, reconhecendo-as como protagonistas das práticas agroecológicas.

Palavras-chave: Agroecologia. Feminismo Camponês e Popular. Igualdade de gênero. Movimento de Mulheres Camponesas.

Abstract

This text aims to reflect on Peasant and Popular Feminism in interface with Agroecology, based on the actions of the Peasant Women's Movement (MMC). The research was conducted through a literature review and is based on a qualitative analysis of the movement's actions from 2015 to 2022, expressed in booklets, books and on the MMC website. The study is an excerpt from a Master's dissertation defended in the Postgraduate Program in Agroecology and Sustainable Rural Development at the Federal University of the Southern Frontier (UFFS), Laranjeiras do Sul/PR campus. The focus is on understanding how agroecology is present in the movement's Peasant and Popular Feminism. The results show that the interface between Peasant and Popular Feminism and Agroecology represents a transformative approach to promoting social and environmental justice in the countryside. It is concluded that the actions of the MMC in this period have strengthened Agroecology as a social and cultural practice, highlighting Peasant and Popular Feminism as essential for environmental and social sustainability. The movement has given visibility to the work of women, recognizing them as the protagonists of agroecological practices.

Keywords: Agroecology. Peasant and Popular Feminism. Gender equality. Peasant Women's Movement.

1 INTRODUÇÃO

A Agroecologia, como projeto de transformação social de vários movimentos sociais, está presente nas ações de mulheres camponesas e se fortalece com a sua prática cotidiana agroecológica, ou seja, as mulheres historicamente estão à frente na defesa do meio ambiente e, muitas vezes, não reconhecidas, buscam seu espaço por meio de laços de solidariedade e mobilização social (Rocha, 2019). É uma prática transformadora que integra a luta pela sustentabilidade ambiental e de gênero, justiça social e valorização de saberes tradicionais, promovendo autonomia, empoderamento e valorização das mulheres camponesas por meio das práticas agrícolas sustentáveis com base em princípios ecológicos, biodiversidade, uso eficiente dos recursos naturais e resiliência dos sistemas agrícolas são impulsionados. Essas práticas contrastam com o modelo de agricultura convencional, que frequentemente leva à degradação dos recursos naturais.

De acordo com Silva (2019), por meio desse modo de produção, as mulheres podem alcançar maior autonomia econômica e social. A produção de alimentos diversificados e a manutenção de sementes tradicionais são práticas que fortalecem a soberania alimentar das comunidades, nas quais as mulheres desempenham um papel central.

O Feminismo Camponês e Popular surge da necessidade de abordar e transformar as condições de vida das mulheres camponesas e das classes populares, que enfrentam desafios específicos e são marginalizadas com frequência, tanto nas políticas de gênero quanto nas de desenvolvimento rural. Esse movimento tem uma perspectiva interseccional, considerando não apenas o gênero, mas também as questões de classe, etnia e território (Muraca, 2015).

O Feminismo Camponês e Popular enfatiza a luta contra as formas de opressão e exploração, busca a emancipação das mulheres por meio de práticas agroecológicas que respeitam o meio ambiente, sendo fundamental na preservação ambiental e na luta por justiça social (Calaça, 2021).

Esta pesquisa se propôs a compreender a Agroecologia nos aspectos conceituais e sua abrangência no contexto social, vislumbrando a presença das mulheres nesses processos, a explicar e refletir sobre os movimentos de mulheres no campo, seu desenvolvimento e sua relação com a mãe Terra, a demonstrar como o Feminismo Camponês e Popular está presente nas ações e atuações agroecológicas do MMC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vive-se em uma sociedade em que a lógica capitalista dita constantemente as formas de agir e viver em sociedade. Isso faz com que a competição e o individualismo imperem e os indivíduos fiquem fechados em um pensamento único¹, “onde a globalização capitalista passa a regular “os processos econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade” (Andrioli; Soares, 2013, p. 52).

A demanda de uma sociedade capitalista pelo acúmulo de capital com base na oferta de produtos e serviços extrapola as relações sociais, com normas preestabelecidas moldadas na busca incessante pelo lucro e acúmulo de riquezas, impulsionando, assim, as desigualdades sociais

¹ Expressão utilizada por Milton Santos (2010).

e econômicas. A lógica capitalista molda muitos aspectos da vida humana e isso pode levar ao predomínio da competição e do individualismo em dano do bem-estar coletivo (Silva, 2019).

Segundo Piovesan (2021), na sociedade capitalista, as pessoas são incentivadas a competir entre si pelo acesso a recursos e pelo sucesso financeiro, deixando de lado, muitas vezes, valores éticos e morais, afetando a forma de trabalho, de consumo e o relacionamento de uns com os outros.

Por meio dessa forma de regular a sociedade, o sistema capitalista vai inculcando um pensamento liberal, uma cultura voltada exclusivamente ao consumo, com o objetivo principal de acumular bens materiais e obter lucros a todo custo. Dá-se ênfase ao individualismo como uma forma de agir e viver tornando isso algo natural de uma sociedade. Ademais, traz a competição como uma aliada ao processo econômico para elevar a produtividade, o aumento de lucros acima de tudo, sem considerar valores ou preocupações sociais e ambientais (Piovesan, 2021).

Nessa perspectiva, o ser humano é considerado uma mercadoria que está a serviço do patrão para gerar cada vez mais lucro (mais valia), sendo uma consequência negativa da globalização. Sendo assim, capitalismo não apenas influencia as relações econômicas, mas também desempenha uma função importante na construção da cultura e na mentalidade das pessoas.

Siliprandi (2015) aponta em seus escritos críticas ao sistema capitalista, sinalizando que é necessário haver mudanças urgentes de modo que não haja a exploração de trabalhadores e a concentração de riquezas nas mãos de poucos que geram desigualdades sociais e consequências catastróficas como, por exemplo, uma crise social econômica e ambiental.

O desenvolvimento do capitalismo no campo com base na concentração da propriedade e da renda tem sido excludente socialmente, totalmente ofensivo ao meio ambiente e dependente economicamente de grandes capitais transacionais. Com isso, o predomínio da lógica capitalista pode restringir à diversidade de ideias e abordagens na sociedade, levando a um pensamento único que coloca o crescimento econômico como a principal medida de sucesso e desenvolvimento (Siliprandi, 2015).

Essa mentalidade pode dificultar a busca de soluções mais holísticas e inclusivas para os desafios sociais, políticos e ambientais enfrentados. Contudo, as consequências desenfreadas do capitalismo se manifestam cada vez mais com força em meio à sociedade. O agronegócio, por exemplo, um expoente desse sistema, se alastra com muita intensidade e avança em todas as áreas da sociedade (Barbosa; Lerrer, 2018).

É perceptível, desse modo, que o agronegócio se apresenta a partir de modelo dominante de produção e negócios no setor agrário com intensificação da produção, uso desenfreado de tecnologia, acúmulo de riqueza e exploração de bens naturais que reproduzem o sistema capitalista (Barbosa; Lerrer, 2018). Em outras palavras, esse modo de produção maximiza a expansão dos lucros em curto prazo sem considerar a sustentabilidade ambiental e social em longo prazo. Com isso, há a modificação da paisagem rural e todo o desequilíbrio do Planeta (Chã, 2018, p. 41).

Portanto, é essencial reconhecer que o agronegócio não é a única abordagem para a agricultura no Brasil e que é importante considerar alternativas como a Agroecologia e a agricultura familiar, que priorizam a sustentabilidade, a inclusão social e a diversidade agrícola. Para além desse modo de produção, é importante mencionar o processo desencadeado pela Revolução Verde (Silva, 2019, p. 16):

No Brasil, a “Revolução Verde” contou com forte apoio do Estado em parceria com os Estados Unidos da América, sendo introduzidas as novas técnicas, de maneira uniforme, sem considerar as diferentes realidades do país, tanto no que se refere aos biomas, à cultura e às diferenças regionais.

No entanto, o processo foi aplicado de maneira uniforme, sem levar em consideração as diversas realidades do Brasil, que possui uma imensa diversidade de biomas, culturas regionais e condições socioeconômicas distintas, o que significa que as necessidades e desafios agrícolas variam significativamente de uma região para outra (Silva, 2019).

Nessa perspectiva, a Revolução Verde passou a ser vista como uma transformação na agricultura, elevando o uso de técnicas que facilitavam o processo agrícola e a pecuária com o incentivo do governo para a disseminação de novas tecnologias nesse meio (Barros, 2018). Silva (2019) aponta que, apesar de ter sido importante para o aumento da produção agrícola, esse processo de transformação também trouxe consequências negativas, com a intensificação do uso de agroquímicos, fertilizantes e máquinas pesadas que tornaram a agricultura dependente de recursos externos e resultaram em mudanças significativas no meio ambiente e na saúde humana.

A discussão sobre a Revolução Verde é um exemplo de como as intervenções na agricultura podem ter impactos mistos, com benefícios notáveis em termos de produção de alimentos, mas também com desafios significativos relacionados a sustentabilidade ambiental, saúde humana e segurança alimentar em longo prazo (Silva, 2019). Com isso, percebe-se um sério problema ambiental e social em que havia uma promessa de acabar com a fome, pelo qual se justificava a sua implantação, no entanto, isso não se efetivou (Caporal, 2009).

A Agroecologia surge como um contraponto a essa lógica, pois tem a preocupação com a preservação ambiental, valoriza o sujeito como um todo, os modos de vida, o saber popular, a alimentação saudável e de práticas sociais que caminham na perspectiva de uma intencionalidade emancipadora (Chã, 2018). É um campo de estudos que busca soluções para promover um sistema de produção agrícola mais sustentável e equilibrado em termos ambientais, sociais e econômicos, aproximando o cuidado com os recursos naturais ao processo de produção agrícola (Barbosa; Lerrer, 2018).

Segundo Caporal (2009, p. 7-8), a “agroecologia se constitui num campo do conhecimento que reúne várias reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas.” Visto que busca o desenvolvimento da agricultura sustentável, exige uma nova postura e um novo tipo de atuação, já que vem se constituindo como um novo paradigma de desenvolvimento rural. A Agroecologia

[...] busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (Caporal, 2009, p. 4).

A abordagem mencionada busca promover uma agricultura mais sustentável e voltada para o desenvolvimento rural por meio da integração de saberes históricos dos agricultores com conhecimentos científicos de diversas disciplinas. Esse processo de integração busca compreender, analisar e criticar o atual modelo de desenvolvimento e de agricultura que, muitas

vezes, se mostra insustentável, e também propor novas estratégias que levem a uma agricultura mais equilibrada e ecologicamente viável.

Analisando pelo viés etimológico, a palavra, “Agroecologia” não apresenta um conceito fechado, é uma expressão com mais de uma definição em constante prática e desenvolvimento, abrange dimensões da Agroecologia social, política, ambiental, técnico-produtiva, em escala, econômica (Altieri, 2004).

Portanto, a Agroecologia é mais do que um conjunto permanente de práticas agrícolas, é uma abordagem que busca uma transformação mais profunda na forma de concepção e prática da agricultura. É um modo de produção que busca integrar princípios ecológicos na agricultura, mas a sua definição exata e a aplicação prática podem variar de acordo com diferentes perspectivas e contextos (Caporal, 2009).

A produção agroecológica é uma alternativa que pode ser viável economicamente, socialmente justa e ambientalmente correta. A implementação de sistemas agroecológicos pode gerar empregos e renda, fortalecer a agricultura familiar e promover a soberania alimentar. Tudo isso sem comprometer a qualidade do solo, da água e do ar (Caporal; Costabeber, 2004). É uma abordagem que privilegia a harmonia entre a sociedade e o meio ambiente e que vem ganhando cada vez mais espaço em um mundo que clama por mudanças sustentáveis.

A Agroecologia tem um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e no combate à fome, valoriza a diversidade gastronômica das culturas locais e incentiva o uso de alimentos nutritivos e de qualidade. A necessidade de redução de danos ao meio ambiente e à saúde e na produção de alimentos saudáveis é emergente, assim como a luta pela transição agroecológica que, aos poucos, vai substituindo o modelo de agricultura agroquímica pela agricultura ecológica (Gliessmann, 2000).

É importante destacar que a Agroecologia se contrapõe ao modelo tradicional de agricultura que, muitas vezes, utiliza práticas invasivas e prejudiciais ao solo e aos recursos naturais, e tem como um de seus principais pilares a sustentabilidade, e busca formas de produção que mantenham a integridade do ambiente e das comunidades rurais.

Para Petersen *et al.*, (2009), a Agroecologia como uma ciência busca estabelecer conexão entre o saber popular e o conhecimento científico. Essa integração é essencial para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis e para a criação de agrossistemas que estejam em harmonia com ecossistemas naturais. Sendo uma ciência emergente que valoriza o diálogo entre o saber popular e o científico, a Agroecologia integra diferentes formas de conhecimento para promover sustentabilidade e inovação local nos sistemas agrícolas. Essa abordagem tem o potencial de criar soluções mais efetivas e equitativas para os desafios enfrentados na agricultura e na relação entre os seres humanos e a natureza. É portadora de conceitos e métodos que criam elos para estabelecer diálogos entre o saber popular e científico, que é condição necessária para a revitalização e a inovação local, tornando-se um dispositivo social ao desenvolvimento de agrossistemas conectados aos ecossistemas naturais (Barros, 2018).

Com todo esse cuidado com o diálogo dos saberes, a Agroecologia, em sua abordagem cultural, envolve a consideração e a sua incorporação nas práticas agrícolas sustentáveis. Estando enraizada em contextos culturais, valores e crenças e práticas locais, essa integração à dimensão cultural é o elo para entender melhor as interações entre as comunidades locais, o meio ambiente e os sistemas alimentares (Gliessman, 2000). Ao considerar essa dimensão, a Agroecologia busca valorizar conhecimentos locais e incorporá-los às estratégias agrícolas, respeitar e preservar a

diversidade reconhecendo que diferentes culturas têm abordagens únicas para a agricultura (Silva, 2019).

A Agroecologia é uma abordagem que busca integrar o conhecimento científico com o conhecimento popular por meio do diálogo de saberes. Ela reconhece que o conhecimento não deve ser uma via de mão única, em que apenas os cientistas produzem e detêm o conhecimento, pelo contrário, valoriza a contribuição de outros valores sociais, a sabedoria e a experiência acumulada pelas comunidades locais, agricultores e povos tradicionais ao longo de gerações. Sendo assim, representa uma alternativa sustentável e mais equilibrada de produção agrícola, se tornando a escolha de muitas comunidades rurais em todo o mundo (Siliprandi, 2015).

Nesse contexto, é importante destacar a sua materialidade na vida das mulheres camponesas, que são fundamentais para a preservação da biodiversidade e da segurança alimentar. Desde a produção até a distribuição, as mulheres camponesas desempenham um papel significativo em todas as etapas dessa prática agrícola, garantindo um desenvolvimento mais justo e igualitário para a sociedade (Rodrigues, 2018). De modo peculiar, elas conectam a Agroecologia à sua realidade de vida, contribuindo, principalmente por meio de suas práticas diárias, para a promoção da saúde e o fortalecimento dos laços na luta por um mundo mais justo e igualitário nas relações humanas (Rodrigues, 2018).

Conforme Rodrigues (2018, p. 36), “as mulheres camponesas vêm construindo no cotidiano das práticas de produção agroecológica novas formas de se relacionar, de promover a saúde e sua autonomia como mulher”, estão envolvidas na construção de novas formas de relacionamento no contexto das práticas de produção agroecológica.

Para as mulheres camponesas, a Agroecologia tem um significado de resistência, pois elas se sentem ameaçadas em seu modo de vida com a expansão do agronegócio. Assim, se dedicando à agricultura agroecológica, estão desafiando as normas tradicionais de gênero e assumindo papéis de liderança (Siliprandi, 2015).

Em suma, as mulheres camponesas desempenham um papel vital na promoção da Agroecologia como uma abordagem essencial para a produção de alimentos. Seus conhecimentos e práticas não apenas garantem a segurança alimentar das comunidades rurais, mas também protegem o meio ambiente e promovem a justiça social. Apoiar e fortalecer o papel das mulheres na Agroecologia não é apenas uma questão de equidade de gênero; é uma estratégia fundamental para enfrentar os desafios globais de sustentabilidade e construir um futuro mais justo e sustentável para todos (Karam, 2004).

A perspectiva dessas mulheres dentro do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é central para a produção agrícola e para a construção de comunidades resilientes e sustentáveis (Boni, 2017). Elas fornecem alimentos saudáveis para suas famílias e comunidades e promovem valores essenciais de solidariedade e cooperação (Siliprandi, 2015).

As práticas de recuperação de sementes tradicionais e o conhecimento sobre ervas medicinais são exemplos significativos de resistência e autonomia. Essas iniciativas não só preservam a cultura local e a segurança alimentar das comunidades camponesas, mas também questionam a hegemonia do mercado sobre a agricultura e a saúde (Schneider *et al.*, 2020).

Assim, o MMC não se limita a um discurso, mas se concretiza na prática cotidiana das mulheres camponesas que, mesmo dentro de um sistema dominado pelo agronegócio, buscam preservar suas tradições, conhecimentos e modos de vida. A resistência está não só na produção

de alimentos de maneira sustentável, mas também na construção de um futuro em que a agricultura seja mais justa e equitativa para todos os envolvidos (Rodrigues, 2018).

De acordo com Cinelli (2014), os movimentos de mulheres no campo continuam ativos na busca por direitos e justiça social, enfrentando desafios contemporâneos que refletem as mudanças na sociedade e no ambiente. Algumas das demandas atuais desses movimentos são Reforma Agrária e acesso à terra. Muitas mulheres camponesas ainda enfrentam dificuldades para acessar a terra e garantir sua segurança alimentar e econômica.

Ao abordar essas demandas, os movimentos de mulheres no campo não apenas buscam melhorar as condições de vida, mas também contribuem para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e equitativas para todos. Suas lutas refletem a necessidade de uma abordagem integrada que leve em consideração as interconexões entre questões de gênero, raça, classe social e meio ambiente na busca por justiça social e ambiental (Betto; Piccin, 2017).

É a partir desta interseção entre gênero, raça e classe social que o conceito de Feminismo Camponês e Popular se constitui. A teoria do Feminismo Camponês e Popular surge como uma categoria específica dentro do movimento feminista, direcionando-se para compreender as realidades das mulheres que vivem em áreas rurais e populares. Essa teoria reconhece que as mulheres em contextos rurais enfrentam desafios distintos dos vivenciados por mulheres em áreas urbanas, como acesso limitado a recursos, violência de gênero, discriminação étnica e racial, entre outros (Barbosa, 2010).

O desenvolvimento dessa teoria tem suas raízes nas experiências e lutas das mulheres que habitam esses contextos ao redor do mundo. Historicamente, as mulheres rurais têm desempenhado papéis essenciais na produção agrícola, no cuidado da família e na preservação ambiental. No entanto, muitas vezes, enfrentam condições de trabalho precárias, falta de acesso a serviços básicos e são marginalizadas nas esferas política e econômica (Cinelli, 2016).

O feminismo Camponês e Popular busca, então, dar voz e visibilidade a essas mulheres, reconhecendo suas demandas específicas e promovendo a igualdade de gênero dentro de um contexto mais amplo de luta por justiça social e ambiental. Essa abordagem também enfatiza a importância da interseccionalidade, reconhecendo que as opressões de gênero estão interligadas com outras formas de opressão, como classe, raça e etnia (Calaça, 2021).

Ao longo do tempo, o Feminismo Camponês e Popular tem evoluído em resposta às mudanças nas condições sociais, políticas e econômicas, adaptando-se às necessidades e demandas das mulheres rurais e populares em diferentes contextos. Essa teoria representa uma contribuição significativa para o movimento feminista, ampliando sua base e promovendo uma visão mais inclusiva e representativa da luta pela igualdade de gênero (Menegas, 2021).

Assim, essa teoria direciona sua atenção para as desigualdades estruturais vivenciadas por mulheres em áreas rurais, tais como a escassez de recursos naturais, a limitação no acesso à educação, saúde e empregos dignos, além das formas de violência de gênero, discriminação racial e étnica, entre outras questões (Conte, 2018).

Essa análise feminista busca desconstruir a visão homogeneizadora do feminismo tradicional, que frequentemente prioriza as experiências e demandas das mulheres pertencentes a classes sociais mais privilegiadas. Ao centrar-se nas particularidades das mulheres rurais e populares, essa abordagem enfatiza a importância de uma análise interseccional, que leve em conta as opressões ligadas à classe, raça, etnia e outros fatores interconectados (Mesquita; Silva, 2019).

Portanto, o Feminismo Camponês e Popular desempenha um papel fundamental na ampliação do escopo do feminismo, promovendo uma visão mais inclusiva e representativa. Ao fortalecer a luta feminista como um todo, essa perspectiva contribui para avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres.

Ao compreender as ações das mulheres camponesas por meio da teoria feminista, é possível reconhecer e valorizar suas contribuições para a segurança alimentar, a conservação ambiental, a diversidade agrícola e a resiliência das comunidades rurais. Além disso, pode-se identificar e abordar desafios específicos que enfrentam, como acesso desigual a terras, recursos e educação, bem como questões de saúde e bem-estar (Gadelha, 2020).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O percurso metodológico deste estudo se ampara em uma pesquisa bibliográfica tendo por base o *site* do MMC, artigos, cartilhas e livros no período de 2015 a 2022. Os materiais já publicados permitem ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada de forma direta para analisar com profundidade e assegurar as condições em que os dados foram obtidos (Gil, 2022).

Dessa forma, a pesquisa é uma metodologia de investigação que consiste em coletar e analisar referências teóricas previamente publicadas em meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de *websites*. Esse tipo de pesquisa é fundamental para qualquer trabalho científico, pois permite ao pesquisador compreender o que já foi estudado e publicado sobre determinado tema.

A pesquisa bibliográfica é essencial tanto como uma fase preliminar de outros tipos de pesquisa quanto como uma abordagem independente, dedicada a compilar e analisar o conhecimento teórico disponível sobre um assunto específico.

Para realizar a busca de dados no *site* do MMC, foi utilizada uma abordagem metódica para garantir a coleta eficiente e precisa das informações. O processo se iniciou com acesso ao *site* oficial do MMC, cujo endereço pode ser encontrado em buscas na *web* pelos termos "Movimento de Mulheres Camponesas *site* oficial" ou "MMC Brasil". O *site* oferece uma estrutura de navegação por diferentes seções, como "Quem Somos", "História", "Atividades", "Notícias", "Publicações" e "Contato".

Foram visitadas seções específicas, como "Quem Somos" e "História" para obter um entendimento profundo sobre o Movimento, seus objetivos, histórico e estrutura organizacional. A seção "Atividades" ou "Projetos" foi crucial para encontrar informações sobre as ações e iniciativas em andamento ou planejadas pelo MMC, assim como a leitura das notícias atualizadas. A seção de "Notícias" ou "Blog" foi conferida para obter informações atualizadas sobre eventos recentes, campanhas, declarações públicas e outras atividades relevantes do Movimento. O *site* oferece a seção "Publicações", que leva ao acesso de relatórios, artigos, estudos, e outros documentos publicados, o que ajudou a entender melhor as perspectivas, pesquisas e dados produzidos pelo MMC e representou uma ferramenta para análise.

Por meio da seção "Contato", foram obtidas informações sobre como entrar em contato diretamente com a organização, além disso, foram explorados *links* para suas redes sociais que, muitas vezes, são atualizadas com informações importantes e eventos recentes.

As informações relevantes foram organizadas e compiladas de maneira clara, o que inclui a anotação das fontes e dados importantes para referência futura. Isso envolveu salvar *links* diretos

para páginas específicas e fazer anotações detalhadas sobre os conteúdos encontrados. Foi feita uma reflexão sobre a credibilidade das informações, verificando a data de publicação e a fonte dentro do *site* e garantido que os dados coletados fossem atualizados e provenientes de seções oficiais do *site*. Esse processo metódico garantiu uma busca abrangente e eficiente, resultando em uma compreensão clara e detalhada das atividades, história e impacto do MMC.

O *site* do MMC é sustentado por uma base teórica e ideológica que pode ser associada a vários autores e teóricos que tratam de temas como feminismo, Agroecologia, direitos humanos, justiça social, e questões agrárias. Embora o *site* específico do MMC possa não listar diretamente todos os autores que fundamentam suas ideias, é possível identificar algumas figuras influentes e correntes de pensamento que geralmente embasam movimentos sociais e de mulheres no campo.

Pode-se citar alguns autores, como Paulo Freire, conhecido por sua pedagogia crítica e suas teorias sobre educação e conscientização. Freire enfatiza a importância da educação como um processo de libertação e *empowerment*, conceitos que são centrais para muitos movimentos sociais, incluindo o MMC. Vandana Shiva, ativista e autora indiana que escreve sobre ecofeminismo, soberania alimentar e os direitos das mulheres camponesas. Seu trabalho sobre a conexão entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza é relevante para a filosofia do MMC. Clara Zetkin, figura importante no movimento feminista e socialista, conhecida por seu trabalho sobre a emancipação das mulheres trabalhadoras e sua luta por direitos iguais. Suas ideias sobre a intersecção entre gênero e classe podem influenciar movimentos de mulheres camponesas. Amartya Sen, economista e filósofo, cujas teorias sobre desenvolvimento humano, capacidades e justiça social podem fundamentar as ideias do MMC sobre a importância do desenvolvimento rural sustentável e a equidade.

As contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels, suas teorias sobre luta de classes, exploração e modos de produção, e Silvia Federici, com a teoria feminista e com seu trabalho sobre reprodução social e a importância do trabalho não remunerado, particularmente o trabalho das mulheres no contexto da agricultura e do cuidado, podem ser base para a compreensão das condições estruturais que afetam as mulheres camponesas. Esses autores e suas ideias contribuem para a formação do pensamento crítico e a base teórica que orienta o MMC.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Feminismo Camponês e Popular se refere às lutas e demandas das mulheres que vivem no campo, enfrentando desafios específicos relacionados à desigualdade de gênero, acesso à terra, trabalho digno e autonomia, e a Agroecologia é uma abordagem sustentável que valoriza a preservação ambiental, a diversidade biológica e cultural e a justiça social.

No contexto do MMC, essas mulheres buscam a igualdade de gênero e promovem práticas agrícolas que são ambientalmente amigáveis e socialmente justas. A relação entre esses elementos mostra como o feminismo, aliado à Agroecologia, pode ser uma força transformadora na construção de um modelo agrícola mais justo e sustentável no Brasil, empoderando as mulheres camponesas e promovendo a soberania alimentar (Pereira, 2015).

Uma das principais ações e bandeiras de reivindicação do MMC é a luta contra o modelo capitalista e patriarcal, em favor da construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. O Movimento defende o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma abordagem feminista, baseado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais, e na conquista de direitos. Esse projeto inclui a Reforma Agrária no Brasil, a implementação de políticas públicas

que favoreçam a agricultura camponesa e a produção de alimentos saudáveis, a produção agroecológica de alimentos com controle das famílias camponesas, e a preservação do meio ambiente e da biodiversidade (Betto; Piccin, 2017).

Esse projeto de agricultura camponesa está inserido em um mais amplo, o Projeto Popular para o Brasil, que é apoiado por diversos movimentos sociais, principalmente pela Via Campesina e seus membros. Essa ação visa reformas estruturais na sociedade em favor das majorias, incluindo a classe trabalhadora. As principais bandeiras incluem a luta pela reforma agrária, urbana e tributária, contra privatizações e transgênicos, e pela qualidade e universalização da saúde e educação (Pinheiro, 2019).

O MMC promove a Campanha Nacional de Alimentos Saudáveis para estimular a produção de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos, enfatizando a diversidade na produção. O Movimento critica o modo de produção capitalista, especialmente o agronegócio, que, segundo ele, leva as pessoas apenas a sobreviverem no campo, em vez de viverem com dignidade. O MMC também questiona o papel da ciência na sociedade atual, argumentando que esta deve servir à humanidade e não apenas gerar lucro para algumas empresas (Cruz, 2013).

Uma das ações mais significativas promovidas pelo MMC é a crítica contundente ao modelo do agronegócio. Essa crítica se fundamenta na oposição ao modelo baseado na monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos e na exploração dos trabalhadores rurais (Silva, 2014). O Movimento denuncia os impactos socioambientais negativos desse modelo dominante de produção agrícola, alinhando-se com a perspectiva crítica da Agroecologia. Essa postura não apenas evidencia os problemas do agronegócio, mas também reforça a importância da adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e socialmente justas (Cruz, 2013).

A organização desenvolve uma crítica profunda ao modelo do agronegócio, destacando diversos aspectos negativos associados a essa prática agrícola dominante. Em primeiro lugar, o MMC ressalta a questão da monocultura, que é uma característica central do agronegócio (Muraca, 2015). A monocultura consiste no cultivo extensivo de uma única cultura em grandes áreas de terra, o que ocasiona diversos problemas ambientais e sociais.

Além disso, o modelo do agronegócio é fortemente baseado no uso intensivo de agrotóxicos, que são substâncias químicas utilizadas para combater pragas e doenças nas plantações. O uso indiscriminado desses produtos causa danos ambientais significativos, contaminando o solo, a água e os alimentos, além de representar um risco para a saúde dos trabalhadores rurais e das comunidades próximas às áreas de cultivo (Queiroz, 2014).

Ao criticar esse modelo de produção, o MMC reafirma a importância da adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e socialmente justas, como a Agroecologia. A agricultura sem agrotóxicos é essencial para reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente, como a contaminação do solo, da água e a perda da biodiversidade. Além disso, ela contribui para a saúde dos agricultores e consumidores, evitando a exposição a substâncias tóxicas presentes nos agrotóxicos.

A valorização da agricultura camponesa pelo MMC vai além da produção de alimentos saudáveis. Ela também resgata e fortalece práticas tradicionais de cultivo, como o uso de sementes crioulas e técnicas agroecológicas, que são fundamentais para a conservação da biodiversidade agrícola e para a adaptação às mudanças climáticas (Calaça; Conte; Cinelli, 2018). Essa prática não apenas beneficia a saúde das pessoas e do ambiente, mas também contribui para a autonomia e a soberania alimentar das comunidades, pois reduz a dependência de insumos

externos e de sementes transgênicas que, muitas vezes, estão associadas a grandes corporações do agronegócio (Santos, 2018).

Além dos benefícios mencionados, a produção de alimentos saudáveis promovida pelo MMC e alinhada com os princípios da Agroecologia também tem impactos positivos na economia local e na construção de comunidades mais resilientes e autossuficientes (Santos, 2018).

O MMC atua de forma descentralizada e baseada na realidade local de cada região, enfrentando desafios específicos como a violência no campo, a falta de acesso à terra, a marginalização das mulheres no contexto agrícola, entre outros. Suas ações, com frequência, envolvem mobilizações, formações, intercâmbios de experiências e participação em redes de movimentos sociais, visando fortalecer suas lutas e promover mudanças estruturais na sociedade.

Serão elencadas, a seguir, algumas das principais práticas e ações do MMC que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a Agroecologia.



Fonte: Autoras (2024).

Figura 1 – Nuvem de palavras com as principais práticas e ações do Movimento de Mulheres Camponesas



Fonte: Site MMC Brasil.

Figura 2 – Quintais produtivos

Compreende-se por quintal produtivo os pequenos pedaços de terra que comportam o entorno da casa em que se efetiva o permanente trabalho de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas, plantas e ervas medicinais, frutíferas, nativas, flores e animais para o autossustento. É nesse trabalho feito e coordenado pela mulher é que se encontra grande diversidade de alimentos, saberes, conhecimentos de combinar e consorciar com arte e beleza o cultivo da biodiversidade.

Uma outra experiência do MMC que possibilita visibilizar e valorar o trabalho das mulheres na produção para o autossustento e renda são as Cadernetas agroecológicas. Trata-se de uma metodologia político-pedagógica que busca visibilizar as contribuições que as mulheres dão à construção da Agroecologia.

Fonte: Barros (2018).

Figura 3 — Cadernetas agroecológicas

O debate sobre as cadernetas agroecológicas e o entendimento dos arredores da casa como quintais produtivos revelam como trabalho e vida estão interconectados nas experiências das mulheres camponesas. É a partir do trabalho que se criam as condições adequadas para o desenvolvimento da vida. Além das relações monetárias, as cadernetas agroecológicas incorporam as contribuições da economia feminista, atrelando a dimensão do trabalho doméstico e de cuidados a um conceito de economia centrado na sustentabilidade da vida (Carrasco, 2003), e não apenas em relações de mercado.

Percebe-se que a construção do projeto popular de agricultura camponesa faz parte de um processo de resistência à ofensiva capitalista que impõe uma agricultura de mercado. Entre suas estratégias e lutas, o Movimento busca recuperar conhecimentos da agricultura camponesa, a diversidade da cultura alimentar desenvolvida pelos povos, além de resgatar e visibilizar o protagonismo das mulheres camponesas como produtoras de alimentos saudáveis e diversificados.



Fonte: Site do MMC Brasil (2024).

Figura 4 — Agricultura feminina

Nessa mesma perspectiva, o projeto de agricultura agroecológica que o MMC defende caminha junto com a luta feminista para que, de fato, o trabalho e as contribuições econômicas das mulheres camponesas possam ser reconhecidos, valorizados e visibilizados.

A agricultura camponesa no MMC é uma prática fundamentada em princípios de autonomia, sustentabilidade e justiça social. Esse Movimento não se limita apenas à produção de alimentos, mas engloba uma visão holística que considera aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Promove a soberania alimentar, que é o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, sem a imposição de sistemas externos. Isso inclui o direito das mulheres camponesas de escolherem quais alimentos cultivar, como produzi-los e como distribuí-los.

CONCLUSÃO

As ações do MMC contribuíram e fortaleceram a Agroecologia, sendo o Feminismo Camponês e Popular, essencial ao meio ambiente e à sociedade, um impulsionador dessa prática produtiva que coloca em evidência as mulheres dando visibilidade ao seu trabalho como protagonistas efetivas do processo de construção social agroecológico.

Durante as últimas décadas, o MMC desenvolveu iniciativas que contribuíram para a valorização dos saberes e práticas das mulheres camponesas, promovendo a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e questionando as estruturas de poder patriarcais que historicamente marginalizaram as mulheres no campo. A relação das mulheres com a natureza, baseada em uma visão agroecológica, foi um dos pontos-chave do trabalho do MMC, que reconhece na natureza uma parceira na construção de um mundo mais justo e equilibrado.

O Feminismo Camponês e Popular também desempenha um papel fundamental no trabalho do MMC. Ao analisar as atuações agroecológicas do Movimento sob essa perspectiva, foi possível compreender essas ações como parte de uma luta mais ampla por justiça social e igualdade de gênero.

O MMC tem desenvolvido diversas ações que dialogam com o Feminismo Camponês e Popular, integrando conceitos de Agroecologia, ecofeminismo e a relação com a Mãe Terra. Como exemplo, citamos capacitações e formações com programas de formação, com foco na conscientização sobre direitos, igualdade de gênero e soberania alimentar, capacitações em práticas agroecológicas, preservação de sementes crioulas e produção sustentável. Na produção agroecológica, as ações compreenderam a implementação de hortas comunitárias, que seguem princípios agroecológicos, que promovem a diversidade de culturas e a sustentabilidade; o desenvolvimento de feiras agroecológicas, espaços onde as camponesas podem vender seus produtos diretamente ao consumidor, valorizando a produção local e orgânica; a criação e implementação de políticas que apoiem a agricultura familiar e camponesa, com a participação em conselhos e fóruns com a inserção das mulheres camponesas em espaços de decisão política para garantir a voz e os interesses do campo; a organização de grupos produtivos baseados na cooperação e solidariedade, fortalecendo a autonomia econômica das mulheres com preservação; e a troca de sementes tradicionais como forma de resistência ao agronegócio e à biopirataria.

O trabalho desenvolvido pelo MMC demonstra a importância da articulação entre a Agroecologia e o Feminismo Camponês e Popular na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e igualitário. O MMC é um exemplo de resistência e de

esperança e deve servir de inspiração para todas as pessoas que acreditam em um mundo melhor e mais justo para todas e todos.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. – 4.ed. 2004.

ANDRIOLI, L. A.; SOARES, M. A. S. **A utopia de um outro mundo possível nas relações humanas**. In: ANDRADE, E.; ANDRIOLI, L. Â.; FRANTZ, W. (Orgs.). **Educação no contexto da globalização: reflexões a partir de diferentes olhares**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. 168 p. (Coleção educação popular e movimentos sociais).

BARBOSA, Y. R. S.; LERRER, Débora F. Organização, trabalho e cuidado: uma trajetória de mulheres camponesas no oeste de Santa Catarina. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 38(2), 88–101. <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.12>.

BARBOSA, I. S. **Auto-organização das mulheres para unificação da classe trabalhadora**. CONSULTA POPULAR. Cadernos de Debates: rumo à IV Assembléia Nacional, v. 2. 2010.

BARROS, E. A. de Almeida. **Mulheres camponesas e seus quintais agroecológicos: diálogo de saberes em defesa da vida**. Tese de Doutorado. Unicamp, 2018.

BETTO, J.; PICCIN, M. Botton. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e o percurso de sua luta feminista. **Amerika. Mémoires, identités, territoires**, n. 16, 2017.

BONI, V. MMC um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, v. 22, n. 34/35, p. 67-88, 2017.

CALAÇA, M. Feminismo camponês popular: contribuições à história do feminismo. **RURIS (Campinas, Online)**, v. 13, n. 1, p. 29-66, 2021.

CALAÇA, M. K. A. dos S., CONTE, I. I., & CINELLI, C. (2018). Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira De Educação Do Campo**, 3(4), 1156–1183. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1156>.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultura: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CAPORAL, F. R.; **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Francisco Roberto Caporal – Brasília: 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARRASCO, L. K. **Por que casamos com quem casamos?** Edipucrs, 2003.

CINELLI, C. Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. **Grifos**, v. 22, n. 34/35, p. 37-49, 2014.

CINELLI, C. **O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas**: resistência, enfrentamento e libertação. Tese de Doutorado UFRGS, 2016.

CONTE, I. I. **Aprendizados da luta**: mulheres camponesas do Brasil e indígenas do México. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

CRUZ, T. A. A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas do Brasil na luta em defesa da vida. **Anais...** Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 10, 2013.

GADELHA, R. R. Agroecologia e ecofeminismos: interfaces para o desenvolvimento sustentável. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 8, n. 3, p. 207-220, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2022.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecosystem sustainability: developing practical strategies**. CRC Press, 2000.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12 n. 1, p. 303-320, jan./abr. 2004.

MENEGAS, C. K. R. **Mulheres camponesas, agroecologia e cotidiano**: um estudo de caso do Assentamento Oito de Junho de Laranjeiras do Sul/PR sob o aspecto do desenvolvimento rural sustentável. Dissertação de Mestrado UFFS, 2021.

MESQUITA, R. N.; SILVA, M. G. S. N.; Feminismo (S) rural (IS) em Tela—contribuições do movimento de mulheres camponesas do ACRE para o empoderamento feminino nos pas rurais Antônio de Holanda e Espinhara II no município de Bujari—ACRE. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, n. 6, p. 91, 2019.

MURACA, M. **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres camponesas em Santa Catarina**. Uma etnografia colaborativa. Tese de Doutorado. UFSC. 2015.

PEREIRA, D. M. **Sem porta-voz na rua, sem dono em casa**: as lutas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil) pelo direito a uma vida sem violência. 2015.

PETERSEN, Paulo. **Agroecologia**: um antídoto contra a amnésia biocultural. *In*: Memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1a ed. São Paulo: Expressão Popular (2015): 272.

PINHEIRO, L. S. Movimento de mulheres camponesas: uma análise das relações de classe, raça e sexo na construção do feminismo camponês popular. *In*: **Anais...** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019.

PIOVESAN, B. F. **Insurgências jurídicas no Movimento de Mulheres Camponesas**: o feminismo camponês e popular e a reprodução social. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2021.

QUEIROZ, M. A. C. **A difusão da agricultura orgânica de base agroecológica:** uma discussão sobre as experiências de Río Cuarto (Argentina) e Seropédica (Brasil). Tese de Doutorado, UFRRJ, 2014.

ROCHA, V. O. **O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca:** trajetória de trabalho e organização social em Manaus-Amazonas. 2019.

RODRIGUES, S. M. R. Agroecologia e sua materialidade na vida das mulheres camponesas. *In:* Pulga, Vanderléia Laodete; et al. (Orgs.) **Mulheres camponesas:** semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018.

SANTOS, D. F. dos; **O feminismo e os movimentos autônomos de mulheres rurais:** o Movimento de Mulheres Camponesas MMC e suas práticas feministas. Trabalho de Conclusão de Curso, Unila, 2018.

SCHNEIDER, C. O. *et al.*, Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 2, p. 245-258, abr./jun. 2020.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. Editora Ufrj, 2015.

SILVA, A. O. *et al.* **Agroecologia e resistência:** os significados das práticas agroecológicas no Assentamento Padre Gino. 2019.

SILVA, V. I. **Classe camponesa:** modo de ser, de viver e de produzir. Porto Alegre: Padre Jósimo, 2014.